

Alemanha e Brasil: uma convergência intencional

ESTEVÃO MARTINS

*Stets geforscht und stets gegründet,
nie geschlossen, oft geründet,
Ältestes bewahrt mit Treue,
freundlich aufgefasstes Neue,
heitern Sinn und reine Zwecke:
Nun, man kommt wohl eine Strecke!*
GOETHE (Gott und Welt, Motto)

■ A segunda metade do século 20 viu numerosas histórias de construção e de reconstrução de sociedades e países. O ano de 1945 foi um marco da transformação do Brasil, após a ditadura de Getúlio Vargas, e o do renascimento, lento, sofrido e doloroso, de uma Alemanha traumatizada por sua história.

Brasil e Alemanha, em circunstâncias e proporções distintas, evoluem no meio século seguinte sob a pressão de um mundo fragmentado, instável, em busca de reordenamento em meio a guerras de outro tipo, de ameaças veladas ou explícitas, de economias em reconstrução, em parcerias redimensionadas.

A Alemanha somente encontra sua personalidade pública em 1949, e mesmo assim parcialmente. O rearranjo moral, político e econômico da República Federal da Alemanha, que nasce da fusão das zonas de ocupação dos Aliados ocidentais é talvez uma história com um sucesso mais sólido do que a reconstituição da democracia brasileira nos tímidos anos entre 1946 e 1984. Desde o primeiro momento, contudo, Alemanha e Brasil firmam – malgrado as oscilações do frágil edifício democrático brasileiro – posições recíprocas de aproximação, associação, cooperação.

A paz e o desenvolvimento econômico são sentidos e defendidos como valores sem os quais ordem mundial alguma subsistiria. A fratura da Guerra Fria distorce o mundo, por decênios. Alemanha e Brasil alinham-se decididamente, no espaço atlântico, com a democracia liberal representativa. Em nenhum momento a Alemanha se afastou dessa opção, ao longo de seus quase sessenta e cinco anos de existência.

Os governos brasileiro e alemão sempre enfatizaram, com os termos e nos documentos diplomáticos usuais, a estreita parceria que une os países – aliás, a única parceria estratégica da Alemanha com um país latino-americano. Pelo histórico de cooperação econômica e cultural, a Alemanha tem no Brasil, aliás, um parceiro que, em volume de negócios e de formação de recursos humanos, supera, comparativamente, o que se dá com outros países da região. Mesmo o ‘bloco’ do Mercosul não dispõe, enquanto tal, de nível análogo de parceria.

A economia e o capital produtivo são um galardão do soerguimento da Alemanha de seus escombros, na década de 1950. O Plano Marshall e a firme decisão dos Aliados ocidentais, de inserir a Alemanha Federal de então no circuito da aliança atlântica, estratégica, econômica e política, formado e consolidado à época, ajuda a construir uma cultura política e social alemã de esforço, dedicação e solidariedade. A volta por cima que os alemães dão nesse momento demonstra uma vontade de vencer o lastro negativo do passado imediato e de deixar claro ao mundo que o período 1933-1945 é a exceção, e não a marca registrada. Virada cultural e política bem sucedida. A Alemanha da segunda metade do século 20 recupera, ou reinstaura, a pátria de Kant e de Goethe, dos irmãos Humboldt e de Gervinus, de Ranke e de Droysen, de Niebuhr e de Mommsen, de Aby Warburg e Meinecke, de Ebert e de Adenauer, e tantos outros que se distinguiram na sociedade, na cultura, na ciência e na política alemãs. O prestígio alemão se reconstitui na base de sua educação, concebida no generoso e rigoroso sentido da *Bildung*, cuja abrangência vai além da escolaridade formal e considera a formação completa do homem e do cidadão como penhor de coesão social e de crescimento pessoal e coletivo.

É fato que a Alemanha do século 21, em território e organização, em maturidade política e em desempenho econômico, não coincide com as muitas Alemanhas que já existiram anteriormente. Territorialmente, aliás, nenhum formato do estado alemão desde 1871 se superpõe exatamente ao seguinte. Assim pode-se sugerir que a realidade civilizatória alemã recuperada pela Alemanha de 1949 se sobrepõe e supera os graves e gravosos tropeços – e infelizmente não foram poucos – das Alemanhas que a precederam.

A criação da República Federal da Alemanha torna-se, pois, um dado político crucial na cena internacional. O primeiro chanceler federal dessa República, Konrad Adenauer, esgrimindo no espaço público com o líder da oposição social-democrata, Kurt Schumacher – ambos, a propósito, vítimas rudemente tratadas pelo regime nazista – insiste fortemente no papel internacional que a novel república não apenas tem de desempenhar, mas deve exercer.

Adenauer publica, em 20 de maio de 1950, no jornal *Rheinischer Merkur*, um artigo¹ em que discute publicamente o destino da região alemã do Sarre, objeto de uma convenção aliada que lhe confere estatuto autônomo², sem que a recém-criada Alemanha Federal tenha conseguido fazer valer suas objeções. Como em outras ocasiões, ainda antes da criação da Alemanha Federal, Adenauer considera a inserção e o protagonismo internacionais incontornáveis – não há opção real à presença atuante na constelação mundial, por fraturada que esteja. O Sarre, tema que Adenauer enquadra nessa premissa, permite-lhe insistir: “Se não tivéssemos a República Federal da Alemanha, não poderíamos desempenhar papel algum na política internacional, especificamente em direção ao fortalecimento da paz.”. Logo adiante, referindo-se a um jornal suíço, cujo título não menciona, Adenauer comenta que a matéria aponta para uma realidade inovadora nas relações franco-alemãs: ao participar da conferência de Londres sobre o estatuto do Sarre e da Alemanha, o Ministro francês das Relações Exteriores, Robert Schuman, disputa de um ‘poderoso parceiro invisível’, a República Federal da Alemanha. É de se recordar que Schuman, impulsionado pela ação corajosa e perseverante de Jean Monnet, pronunciara perante a Assembleia Nacional francesa, havia pouco, em 9 de maio de 1950, o famoso discurso fundador do que se torna, com o tempo, a União Europeia.

Agora, não apenas a Alemanha precisa da âncora internacional, mas a ordem internacional não pode dispensar a Alemanha. A sucessão de decisões políticas conduzem a Alemanha, gradual mas firmemente, a tornar-se ator no cenário global e a manter-se tal. A opção comunitária da Alemanha insere-se em três grandes planos: (a) seu claro e incondicional engajamento no projeto europeu (a Alemanha por certo não se teria feito sem a Europa, mas tampouco esta se constrói sem aquela); (b) sua inabalável opção pela economia social de mercado, em uma notável combinação entre a moral política cristã e a tese social-democrata do Estado necessário ao re-equilíbrio das naturais derrapagens da livre iniciativa; (c) a formação da consciência cidadã na perspectiva dos direitos humanos e da paz duradoura.

Nesse momento, como hoje, na segunda década do século 21, a política internacional encontra-se em pleno torvelinho. Se as circunstâncias não são as mesmas, o apelo à responsabilidade dos Estados continua alto e forte. Dentro como

1 Ver <http://www.konrad-adenauer.de/index.php?msg=4689>

2 O Sarre é definido como protetorado do Conselho da Europa (na prática sob supervisão francesa). Plebiscito em 1955 rejeita o estatuto de protetorado e enseja a adesão do Sarre à República Federal da Alemanha, efetivo a 1º de janeiro de 1957.

fora dos países o grito das multidões clama por convergências e iniciativas, por justiça e por equilíbrio, por conciliação e reconciliação, por medida e distribuição, por prudência e persistência, por transparência e por compromisso.

Os horizontes do mundo transformam-se, nos últimos sessenta anos, em duas etapas bem marcadas: até o fim da década de 1980, prisioneira do espartilho da Guerra Fria, a política internacional é praticada sob a pressão dos receios e das ameaças, veladas ou não. Desde a década de 1990 a súbita derrocada dos constrangimentos ideológicos brutos dispersou os horizontes. Equilíbrios que pareciam intermináveis desaparecem. O mundo entra em turbulência. Nada semelhante à que acomete o Ocidente às vésperas do conflito de 1914-1918 ou de 1939-1945. Nesses casos orientações hostis e excludentes se afrontam claramente. Na Guerra Fria o fenômeno é análogo. No desordenamento desde a queda do muro de Berlim as forças centrífugas são muitas. Domesticá-las e ordená-las ainda é uma tarefa corrente.

O Brasil, de 1945 em diante, passa por três regimes políticos. Esforça-se continuamente por extrair da inércia culposa de sua economia o atraso no desenvolvimento econômico e na justiça social. No assim chamado período da democracia liberal (1946-1964), a embriaguez da política bacharelesca já começa a projetar um Estado brasileiro pensado abstratamente em situação muito além da realidade social, educacional e econômica do país. O projeto nacional-desenvolvimentista de dotar o país de infraestrutura de serviços e de produção precisa dos parceiros externos. A jovem Alemanha está presente deste os primeiros passos dessa aventura.

Com efeito, há mais de meio século a parceria política, econômica e cultural entre os dois países funciona sem praticamente nenhum passo atrás. Os ritmos de atuação e as capacidades de intervenção são obviamente distintos. O marco político maior, contudo, é a valorização da paz acima de tudo e sua preservação da melhor forma possível. Com o desaparecimento do mundo bipolar da Guerra Fria e com o rápido esmaecimento da tentação unipolar estadunidense, a plasticidade das constelações políticas, sob novas pressões, precipitam o mundo em um caleidoscópio mutante de entendimentos (ou melhor: desentendimentos) crescentes, em que alianças e acordos, parcerias e associações trepidam e oscilam ao sabor das conjunturas e crises econômicas, financeiras e monetárias.

A divisão do mundo em “mundos” (primeiro, segundo, terceiro; alinhados, desalinhados, não-alinhados, e assim por diante) perde aceleradamente sua função diretora. As linhas de partilha entre norte e sul, as costuras de solidariedade entre sul e sul, os traços de união entre comunidades de história comum (ao

menos aparentemente, como a Comunidade Britânica ou a “Françáfrica”³) se embaralham. A hegemonia dos Estados Unidos, por razões internas como externas, desgasta-se, mesmo se obviamente está muitíssimo longe de tornar-se irrelevante. O mundo sofre muitos traumas, dentre os quais os atentados de 11 de setembro de 2001 rasgam uma chaga dolorosa não apenas nas pessoas e vítimas, mas também nas consciências políticas, doravante duramente chamadas à áspera realidade de que não há recanto imune ao desvario.

A experiência dos traumas políticos e das subversões armadas feriu também as sociedades alemã e brasileira nos anos 1970 e 1980. As recuperações são sempre trabalhosas, mas a constância da sensibilidade democrática e da perseverança política é recompensada. Alemanha e Brasil mantêm-se em rumos convergentes e singram os mares procelosos da atualidade das últimas seis décadas com o norte da fidelidade aos princípios que orientam sua parceria.

Muitos aspectos dessa parceira podem ser destacados. São tantos, e em tantos campos de atividade, que arrolá-los é uma tarefa ingente. Pode ser útil eleger um desses inúmeros setores de cooperação e convergência: o da educação, ciência e tecnologia. Por que essa escolha? Em certo sentido, um fator estratégico da capacidade alemã de regeneração e de inovação advém de seu elevado cabedal educacional. Formação dos cidadãos, cultura para todos são capitais individualizados de que todos e cada um podem dispor a qualquer momento, em qualquer fase do desenvolvimento econômico, da prática política, da ação social. No Brasil, repete-se constantemente, com resultados mitigados, o quão importante é constituir um tal estoque de capital cultural em cada um de seus cidadãos. A história da cooperação teuto-brasileira nessa área é um belo exemplo da convergência e da perspectiva de amplo alcance social e de longa projeção no futuro. De ambos os lados do Atlântico, a meta é educar, formar para a humanidade – o papel da Alemanha na política de formação avançadas de recursos humanos em ensino e pesquisa no Brasil é notável. Pelo menos um bom meio século de investimento muito bem sucedido.

O sistema universitário alemão é extremamente diversificado, desde que Wilhelm von Humboldt teve a feliz ideia de propor ao Rei da Prússia uma universidade em que o ensino fosse fruto da pesquisa e que para ambos, ensino e pesquisa, reinasse a mais total e incontida liberdade, propiciando um desenvolvimento

3 Termo cunhado em 1955 por Félix Houphouët-Boigny (presidente da Costa do Marfim de 1960 a 1993), para exprimir a estreita vinculação dos antigos territórios coloniais com a metrópole francesa na formação da política desses territórios enquanto estados independentes. Tal perspectiva continua atual na política externa francesa.

científico e tecnológico extraordinário. Apesar das experiências duras de diversas campanhas bélicas e de regimes políticos execráveis, a Alemanha, sob a égide de uma ideologia liberal e democrática, soube investir seus talentos e fazer frutificar o apoio decisivo que recebeu. A Lei Fundamental da República Federal da Alemanha, sua constituição, além de reafirmar o princípio de Humboldt para o ensino e a pesquisa, reitera-o para a ciência, para a arte e para a cultura.⁴

A diversidade, a riqueza e sobretudo a capacidade produtiva fazem da Alemanha o segundo país do mundo em quantidade de prêmios Nobel. Quem conhece o sistema universitário brasileiro, e ainda outros, como o austríaco, o francês e o português, por exemplo, raramente encontra uma organização cultural de produção de conhecimento original, que contribua para o desenvolvimento econômico, político, social, histórico e educacional de um povo como o da Alemanha.

Sua potência intelectual e produtiva aparece também na organização das universidades e das escolas superiores isoladas. As assim chamadas universidades clássicas são no total, quase cem. A título informativo, vale lembrar que a Alemanha de hoje está por volta dos oitenta milhões de habitantes. Há também escolas superiores técnicas, regra geral nas áreas de Biologia, Química, Física, Matemática, Engenharia e Medicina, de tal forma desenvolvidas que se transformaram em grandes conjuntos produtores de conhecimentos científicos e foram elevadas à condição de universidades técnicas. Alguns agrupamentos alternativos de universidades são chamados escolas superiores integrais (Gesamthochschulen), reunindo condições de formação de nível superior muito adiantadas. A internacionalização dessas instituições vai em ritmo crescente, tanto pelo contexto europeu como global. A plataforma “Alemanha” de lançamento de inovação científica, tecnológica e cultural apresenta continuamente força de atração, sustentada por políticas públicas de apoio financeiro do Estado tanto interna quanto internacionalmente.

Entidades de fomento e cooperação, como a Sociedade Alemã de Pesquisa (DFG), análoga ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) brasileiro, trabalham com pessoas e projetos, sediados em institutos de pesquisa, universidades ou conjunto de universidades. São bem conhecidos dos brasileiros o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), como as fundações de apoio à cooperação e à formação científica e cultural, como a Fundação Alexander von Humboldt (dentre outras), ou ainda as fundações criadas com a colaboração dos partidos políticos alemães, como por exemplo a Fundação

4 Lei Fundamental, Art. 5, § 3º; Art. 18.

Konrad Adenauer (conexa com a democracia cristã – CDU) ou a Fundação Friedrich Ebert (conexa com a social-democracia – SPD).

A produção de conhecimentos nas universidades é hoje a principal responsável pela inovação tecnológica do processo produtivo industrial alemão. Diferente da experiência que se tem no Brasil, o suporte da inovação de conhecimento e o suporte da inovação tecnológica não está em cada empresa investindo separadamente (isto também existe) mas o suporte, a espinha dorsal, a coluna de apoio é a universidade. O professor, o pesquisador, o associado, o colaborador, o assistente, o auxiliar de ensino, o estagiário, o aluno promissor encontram, no sistema de apoio financeiro e instrumental, condições de progredir e de produzir convenientemente sem precisar de trabalhar o dia inteiro para estudar à noite às carreiras. Ou encontrar a universidade em que trabalha caindo aos pedaços, com equipamentos ultrapassados ou sem manutenção.

Isso faz com que a universidade, no sentido de todas as instituições superiores de ensino e pesquisa, seja um parceiro válido do processo produtivo e um interlocutor de peso no processo de formulação da política de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico e aos seus desdobramentos no processo de produção, fazendo com que, hoje como ontem, o parceiro alemão é gerador de qualidade por seu valor intelectual.

De onde provém tal valor intelectual? Por certo não é apanágio unicamente de alemães, mas constitui um legado por eles apreciado e cultivado, em sintonia com inúmeros cidadãos cosmopolitas da cultura dos direitos e da razão pelo mundo afora. Deitemos um olhar sobre a linha de fundo de que emerge esse valor, cujo compartilhamento interessa ao Brasil – o que é reiteradamente afirmado por governantes, pesquisadores, empresários. Como anteriormente mencionado, uma de suas sedes eminentes é a universidade.

A proposta do pensamento das Luzes, na segunda metade do século 18 e em seu desdobramento na organização da universidade, no início do século 19, é um belo sonho com relevância e sentido para a contemporaneidade, cuja reinvenção constante é uma exigência da criatividade científica e tecnológica.

O mundo em que atuam os irmãos Wilhelm e Alexander von Humboldt corresponde a transformações excepcionais, nos planos político, econômico, social e cultural. Suas vidas testemunham e acompanham a Revolução Francesa, o reordenamento do mundo europeu, o vendaval napoleônico e a restauração promovida pelos Congressos de Viena sob a batuta de Metternich. O ambiente intelectual na ‘nova’ Europa é favorável também a que se repensasse o projeto de formação do cidadão em um mundo transformado. Assim, refletir sobre quem

é – ou deve ser – o ator da realização do homem, da sociedade, do estado, do mundo enfim, está, por assim dizer, na ordem do dia. Tais esforços já não são recentes, à época dos Humboldts – a segunda metade do século 18 fora pródiga em re-engenharias. Assim, uma das questões que se põem aos (re)organizadores do estado no início de século 19 é: que homem, que cidadão deve ser? Uma pergunta válida ainda no século 21, diante das oscilações, hesitações e instrumentalizações políticas praticadas pelo mundo afora.

Essa questão pode ser tratada de múltiplas maneiras. Dar-se-á aqui apenas uma indicação, de caráter estratégico, de como ela se põe e de que como dela se pode obter uma possível base – uma contribuição cultural alemã perfeitamente compossível com a realidade de um Brasil que se pretende potência emergente. Essa indicação é a ideia central que animou o pensamento e a proposta de Humboldt: educar para a humanidade.

Humanidade, aqui, é tomada em seus dois sentidos: o que representa o coletivo dos homens, a totalidade dos seres humanos concreta e empiricamente existentes, como aquele que quer exprimir a quinta essência do ser humano, sua substância, sua diferença específica. Entendida em ambos aspectos, humanidade é um conceito que passou a ser articulado de forma irreversível, na virada do século 18 para o 19, com os conceitos de cultura e educação. Friedrich Niethammer (1766-1848), na linha de pensamento de Herder, o assevera em 1808 de modo significativo: o homem inteiro é uma razão sintetizada em um todo admirável das mais diversas faculdades e disposições. Lograr a formação perfeita para constituir o todo, multiabrangente e harmônico, é o ideal da humanidade. A relação harmoniosa da unidade pessoal do homem é definida como da ação educativa e da autoformação. A educação/formação é assim considerada como um processo infinito de desenvolvimento das próprias possibilidades do homem que se enraíza na capacidade humana de aperfeiçoar-se e se desdobra gradativamente ao longo do tempo. Vista assim, a educação se enuncia como o fim mesmo da existência humana; o homem que se educa é fim de si mesmo – a autoeducação é a meta máxima a que pode aspirar. Para Wilhelm von Humboldt, formar-se (no sentido de educar-se) em si mesmo é a finalidade do homem enquanto tal. A ideia da autorealização do homem pela formação, na qual o elemento religioso pode ser inteiramente deixado de lado, encerra a tentativa de desvelar o homem como totalidade. Não apenas na integralidade dos aspectos que conformam sua existência, mas também no caráter de autonomia, de autossuficiência na efetivação de suas capacidades, fins e meios. Para Niethammer, uma vez mais, a afirmação, a preservação da razão como afirmação da humanidade é a tarefa maior da edu-

cação, sobre a qual repousa todo o sentido da formação universal, em função da qual se pode falar em ‘formação do homem ou da humanidade’, pois constitui-se em direito originário do homem e há de ser reconhecido como tal.

Friedrich Koch (1798-1872) definiu, em 1841, o princípio ampliado da formação para a humanidade como o desenvolvimento de todas as faculdades puramente humanas mediante as quais o homem enquanto tal – não como professor universitário, nem como estadista ou homem de negócios, nem ainda como comerciante ou artista, nem tampouco como cidadão ou soldado – deve tornar-se o que deve ser de acordo com sua especificidade como homem. Essa concepção do processo de formação do homem em homem articula com clareza as três dimensões da questão. A primeira é a formação, distinta do processo escolar de ensino. A segunda é a humanidade enquanto coletivo de sujeitos individuais concretos, historicamente determinados, que têm de encontrar, nos caminhos do processo formativo, o rumo da sua natureza. A terceira é a humanidade neste último sentido: o caráter humano do modo de ser, em si (real ou suposto) dos homens, singular e coletivamente. Koch tematiza ainda a discrepância existente entre o ideal clássico de formação elaborado pelo iluminismo das três últimas décadas do século 18 e o processo educativo social para produzir membros de grupos ou classes sociais ou ainda artesãos e profissionais de tal ou qual ofício, de que a pedagogia estatal utilitarista do despotismo esclarecido necessitava. Trata-se de uma discrepância que em nada perdeu sua atualidade. É a que subsiste entre “formação humana” e “formação profissional”, entre “perfeição” e “utilidade”. “Formação” não quer dizer aqui um mero produto do “isolamento” ou da “liberdade” de uma individualidade privilegiada, mas constitui-se no projeto da sociabilidade histórica. “Formação”, como unidade originária na compreensão de si próprio e do mundo se contrapõe ao sintoma da “unidimensionalidade” do homem na cultura moderna – diagnosticado como ameaçador; contrapõe-se igualmente a qualquer forma de dominação do homem, a qualquer forma de heteronomia. A formação adquire assim uma função política não negligenciável. Humboldt entende que a formação humana deve ser a mais livre possível.

Isso pode parecer paradoxal, hoje em dia e no contexto de nossa sociedade. Com efeito, em sociedades em que a experiência autoritária de certos governos estigmatizou direitos dos mais elementares, como o de exercer a cidadania política no estado, “educar para a cidadania” tornou-se uma bandeira de redenção. “Cidadão”, para Humboldt e seus contemporâneos, contudo, designa o papel político do homem na sociedade organizada sob a forma de estado – e não de qualquer estado, mas do estado que tem desenho e desígnios certos. Isso não mudou muito de lá para

cá. Convencione-se abstrair do modo contemporâneo, catártico, do uso do termo “cidadão” ou “cidadania”, para que se tenha presente que, no período de transição entre o despotismo esclarecido e o pós-napoleônico, havia fundada desconfiança para com a “educação para a cidadania” – que poderia representar meramente o colocar os homens a serviço do estado. E o estado tinha, digamos assim, “donos do poder”. Não resta dúvida que, então como hoje, certo grau de desconfiança com os “donos do poder” é sempre bem-vinda. O estado mínimo e a liberdade máxima para a formação e para a ação do homem em seu são entendimento resumem o essencial da concepção espontaneista de Humboldt, bem inserida em uma tradição esclarecida e libertária do período que emerge entre aproximadamente 1780 e 1820 e se estende até os albores do século 20, no qual se situam Johann Hamann (1730-1788) e Johann G. von Herder (1744-1803), os românticos e historicistas alemães até Wilhelm Dilthey (1833-1911), Wilhelm Windelband (1848-1915) e Friedrich Meinecke (1862-1954). A obra-referência de Humboldt, *Ideias com o fito de delimitar os limites da ação estatal*, teve influência marcante sobre o famoso tratado de John Stuart Mill (1806-1873), *On Liberty* (1859).

Somente o homem de formação plenamente livre, crítica, autônoma, independente – poder-se-ia dizer com Humboldt, e não só com ele: também com Voltaire, Rousseau, Kant, Goethe e tantos outros – pode decidir se ‘ingressa’ ou não no Estado, julgando a constituição deste por comparação a si. Há certa dose de abstração nessa visão das coisas, na medida em que, empiricamente, todos nascemos em um mundo carregado de história. E a história concreta das sociedades, pelo menos desde a idade moderna, inclui o Estado ou alguma forma dele. Mas é justamente aqui que se toca no ponto nodal da questão. A reforma da educação, a formação de agentes racionais humanos senhores de si é que permitem criar a distância crítica para que o “homem bem formado” ajuíze sobre seu mundo, sua sociedade, seu estado.

Amigo de Goethe (1749-1832) e de Schiller (1759-1805), Humboldt encarna a defesa da “humanidade” como valor principal no campo do idealismo alemão. As dificuldades políticas na construção de uma monarquia constitucional na Prússia pós-napoleônica fizeram Humboldt concentrar-se na vida acadêmica. O ideal de homem e de sua autonomia crítica, com a liberdade de pensar, de criar e de ensinar, tornou-se marca registrada do padrão de panteão da humanidade chamado de “universidade”, que Humboldt ajudou a criar em Berlim em 1811. Essa “universitas” corresponde por certo ao conceito de “universalitas” – paralelo ao de totalidade, de integridade, a que se destina a formação do homem em todas as suas aptidões e faculdades. No conceito de formação assim entendido está um

desafio à realidade social e estatal tanto quanto um alto grau de consciência dos ‘formados’ com relação a sua função social.

Ao final do século 20, no entanto, a multiplicidade dos estabelecimentos de pesquisa e ensino deixa patente, no Brasil, menos a riqueza da criatividade cognitiva ou epistêmica, mas sobretudo uma concorrência por produtividade econômica, que torna praticamente inócua a altissonante discussão pública sobre os excelsos objetivos da universidade libertadora e crítica. Uma desenfreada instrumentalização mercadológica acarreta um crescente uso em vão do nome da universidade. A crise se expressa, pois, na instabilidade do sistema e na insegurança de seus membros. O sistema acadêmico brasileiro sofre, por parte de frações não negligenciáveis de seus próprios integrantes, de uma instrumentalização. Suas instituições são utilizadas como meios de capacitação pessoal e de catapulta profissional no mercado, com perda ainda mais acentuada da perspectiva humana – à Humboldt – e com a consagração do modo privatista de relacionar-se com a instituição pública (e estatal, pelo menos em bom número de casos).

Se crises e instrumentalizações dão a impressão de conduzir a universidade a um gueto de alienação social, talvez seja o caso de se recordar que é possível construir uma concepção da missão da universidade que reúna ambos aspectos. Assim, a concepção humboldtiana de universidade assumiria a posição de ideia regulativa, de horizonte de referência, de tipo-ideal, na tradição do pensamento de inspiração kantiana e em sua versão weberiana. Como lembra Kant, o fato de uma república perfeita que se reja pelas regras da justiça não existir em sua plenitude não impõe a conclusão de sua impossibilidade nem o alibi do abandono de sua busca. O mesmo vale para a universidade, república das letras em escala menor e análoga.

Assim, para o observador e analista – no caso dos que estão engajados na vida universitária: observadores e analistas interessados diretamente na questão – a pauta de reflexão se articula em torno do papel e dos deveres do Estado. Em tese, pode-se também aceitar que a crise é provavelmente o melhor ‘meio ambiente’ para a inovação e para a reformulação. A observação lúcida e pertinente do sociólogo Pedro Demo ilustra o caráter antinômico da crise de identidade da universidade como templo do conhecimento: “... a organização curricular acadêmica hoje vigente ... [revela] uma das ironias mais sarcásticas do mundo da ciência: enquanto é responsável por inovações estrondosas e cumulativas sem parar, cristaliza-se em instituições tendencialmente rígidas, deixando aparecer contradição performativa angustiante: pretende inovar sem inovar-se”.⁵

5 Pedro Demo. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2000, p. 73.

A emancipação da razão e do entendimento humano, com seu efeito cosmopolita de convergência entre sociedades, como a que se dá entre Alemanha e Brasil há gerações, não se restringe ao ser coetâneos, mas estende-se a uma contemporaneidade ideal-típica, a uma comunidade virtual que parece estar sediada, dentre outros lugares, na universidade. Em que consiste a atitude básica dessa reflexão emancipadora? Pode-se destacar três componentes fundamentais: (i) o engajamento esclarecedor, iluminador, desvelador; (ii) a atitude liberal-democrática; (iii) a cientificidade rigorosa e produtiva. Aos três componentes é comum a dimensão histórica. Na medida em que agente racional humano algum nasce em um mundo sem história e que toda sociedade é historicamente concreta, a consciência histórica e a cultura que a ela corresponde desempenham um papel decisivo na concepção do tempo, da origem, da evolução e das metas que organizam o agir. Assim, a perspectiva estrutural histórica é fundamental. A historiografia, por conseguinte, exerce uma função social crítica que esteia o exame do homem e de suas circunstâncias, e não apenas destas.

Alemanha e Brasil constroem, com paciência e regularidade, um espaço comum de convergência e entendimento, marcadamente bilateral, já que os contextos originários de atuação internacional não coincidem necessariamente, malgrado a sintonia.

Diferenças sociais e psicológicas entre brasileiros e alemães, as há. Por isso importa ter presente a diversidade cultural. Vale dizer: só a vivência de quem já esteve no exterior vê as coisas de outra forma, percebe-as de outra forma, percepção quase epidêmica das realidades e da sua concretude, que não implica nem rejeição nem desvirtuamento de uma integração. O aprendizado da língua, convém recordar, mesmo incompleto e desprezioso, a convivência social e a inserção cultural são fatores destacados de uma decisiva “política de reconhecimento” intencional, indispensável à integração, não apenas individual, mas comunitária e global.

■ **Prof. Dr. Estevão C. de Rezende Martins** · Professor titular, Departamento de História e Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Presidente da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia. Vice-Presidente da International Commission for the History of Parliaments and Representative Institutions. Member of the Board, International Commission for the Theory and History of Historiography. Bolsista de Produtividade em Pesquisa I, CNPq. Stipendiat des DAAD und der Humboldt Stiftung.